

Ao observar o objeto desta licitação, podemos ver claramente que trata-se de *“uma solução tecnológica a gestão de descontos facultativos em modelo de consignações em folha de pagamento”*, e não software para operação de empréstimo, como menciona o item. Mesmo porque, quem deve deter um software para a operação de empréstimo deve ser a Instituição Financeira e não o órgão Consignante, neste caso, o Município de Macaé.

Entende-se que, ao software que está sendo licitado, o que se pode requerer é que ele seja capaz de arquivar esses documentos, exatamente por ser um sistema que auxiliará nos processos de operacionalização de consignação em margem. O arquivamento de documentos referentes a este ou aquele processo de consignação em margem – podendo ser um empréstimo, uma mensalidade ou etc – é uma solicitação que não causa estranheza por se relacionar intrinsecamente a todo o processo. Entretanto, um sistema apto a realizar validações deve ser destinado ao Banco, devido às suas atividades (competências e responsabilidades), e não ao órgão Consignante.

Na sequência, há que se observar que existem níveis diversos de validação. No primeiro nível, há a validação sobre a autenticidade daquele documento, seja ele qual for, quer dizer: aquele documento é real? Foi expedido pelos órgãos competentes para tal, ou trata-se de uma falsificação? Em segundo nível, existe a validação de autenticidade no tocante ao seu autor, quer dizer: o documento apresentado é referente à pessoa que o está apresentando?

Depois de destrinchar os níveis básicos de **validação**, cabe-nos falar sobre quem é competente para emitir essas validações, bem como sobre quem recai as responsabilidades dessa validação.

A validação sobre um documento é uma atividade extremamente delicada que demanda do validador, além de competência para tal, uma grande responsabilidade sob sua ação. Em caso de uma validação com insucesso ou até mesmo em caso de fraude, questiona-se de quem seria a responsabilidade pela situação.

A Instituição Financeira no processo atual arca com as responsabilidades pela validação que ela faz dos documentos de seus clientes, pois todos os desdobramentos possíveis em caso de uma validação errada já foram colocados como hipótese e estão calculados em seus custos e gastos.

Por outro lado, se essa responsabilidade é transferida a um terceiro incompetente, questiona-se, também, se as Instituições Financeiras continuariam arcando por possíveis erros e até mesmo fraudes.

Diante do exposto, não se pode querer alterar todo o processo de empréstimos financeiros e transferir a responsabilidade de uma Instituição Financeira a um terceiro cuja atividade principal nada tem